



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO

CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A Importância da Queda do Preço do Petróleo na Crise
Económica em Angola - Perceções dos Empresários Angolanos

LEANDRA ISAMARA FERREIRA NUNES

MAIO- 2018



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO

CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A Importância da Queda do Preço do Petróleo na Crise
Económica em Angola – Perceções dos Empresários Angolanos

LEANDRA ISAMARA FERREIRA NUNES

Orientação: Prof. Dr. Pedro Luís Pereira Verga Matos

Coorientador: Prof. Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

MAIO- 2018

Agradecimentos

A realização desta dissertação, só foi possível, devido ao contributo de algumas pessoas, que direta ou indiretamente ajudaram na sua conclusão.

Aos Professores, Pedro Verga Matos e Manuel Ennes Ferreira, pela prontidão, disponibilidade e apoio ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos meus Pais, por tudo o que fizeram e fazem por mim, por serem os pilares da minha estabilidade.

As minhas irmãs, pela amizade, cumplicidade e apoio constante.

Em especial, ao Marco, pelo companheirismo, compreensão, paciência e incentivo durante toda a minha caminhada.

Resumo

A queda do preço petróleo, em finais de 2014, trouxe consequências políticas, sociais e económicas graves, sobretudo para a economia angolana. O país tem atravessado um período muito turbulento, passando por uma crise política com repercussão internacional e, sobretudo, por uma crise económica causada pela redução das receitas do petróleo exportado, que se refletiu em menos disponibilidade financeira do Governo, deixando o país perante uma inflação galopante e uma forte desvalorização do kwanza. Assim sendo, o principal objetivo desta dissertação é analisar a perceção dos empresários angolanos sobre a importância de alguns fatores de constrangimento à sua atividade no seguimento da queda do preço do petróleo. Para tal, foi recolhida, através de um questionário, informação de 70 empresários angolanos, de várias províncias do país e de diversas áreas de atividade. Os resultados obtidos permitiram concluir que, na perspetiva destes agentes económicos, os principais fatores que agravaram a crise económica em Angola naquele contexto foram: a pouca diversidade do setor económico, a corrupção, a crise cambial/disponibilidade de divisas e desvalorização do kwanza.

Palavras chaves: economia angolana, petróleo, crise petrolífera, setor privado angolano, empresários angolanos.

Abstract

A drop in oil prices, by the end of 2014, has brought serious political, social and economical consequences, especially for the Angolan economy. The country has suffered a very turbulent period, going through a political crisis with an international repercussion and, particularly, through an economical crisis caused by the reduction of exported oil (petroleum). This reduction resulted in less financial availability of the government, which left the country in a rampant inflation and a strong devaluation of Kwanza. Therefore, the main objective of this dissertation is to analyze the perception of Angolan businessmen about the importance of some constraining factors to their activity following the drop in oil prices. To do so, it was collected, through a questionnaire, information of 70 Angolan businessmen, from various provinces of the country and from diverse areas of activity. The results obtained allowed to conclude that, in the perspective of these economical agents, the main factors for the aggravation of the economical crisis in Angola in that context were: the little diversity of the economical sector, corruption, foreign exchange/ currency availability and devaluation of Kwanza.

Keywords: angolan economy, oil, oil crisis, angolan private sector, angolan entrepreneurs.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Lista de Figuras.....	v
Lista de Tabelas.....	v
Lista de Gráficos.....	v
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2.1. <i>Petróleo</i>	3
2.1.1. <i>Enquadramento geral</i>	3
2.1.2 <i>Evolução histórica</i>	4
2.2. <i>Alternativas ao petróleo</i>	10
2.3. <i>Economia angolana</i>	12
2.4. <i>Setor privado em Angola</i>	18
3. METODOLOGIA.....	21
3.1. <i>Objetivos e questões de estudo</i>	21
3.2. <i>Instrumentos utilizados</i>	21
3.3. <i>Amostra/participantes</i>	23
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	24
4.1 <i>Resultados da análise documental</i>	24
4.2 <i>Resultados do questionário</i>	28
5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
ANEXOS.....	42
<i>Anexo 1- Questionário</i>	42

Lista de Figuras

Figura 1 – Variação do preço do barril do petróleo, entre 1970 e 1986	8
Figura 2 - Mapa de Angola	13

Lista de Tabelas

Tabela I - Principais indicadores económicos de Angola entre 2008 e 2016.....	24
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Setor petrolífero e setor não petrolífero (2002-2008).....	25
Gráfico 2 - Taxa de inflação em Angola entre 2008 e 2016.....	26
Gráfico 3 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária.....	28
Gráfico 4 - Distribuição dos inquiridos por níveis de escolaridade.....	29
Gráfico 5 - Distribuição por província onde é exercida a atividade.....	30
Gráfico 6 - Distribuição dos inquiridos por setor de atividade.....	30
Gráfico 7 - Distribuição dos fatores segundo importância setorial.....	32
Gráfico 8 - Distribuição dos fatores segundo média global.....	33
Gráfico 9 - Distribuição dos fatores segundo média global e importância setorial.....	34

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

BNA - Banco Nacional de Angola

FMI - Fundo Monetário Internacional

IEA - International Energy Agency

IPC - Índice do Preço dos Consumidores

EUA - Estados Unidos da América

MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas

OE - Orçamento de Estado

OEC - The Observatory of Economic Complexity

OPEC - Organization of the Petroleum Exporting Countries

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OER - Orçamento do Estado Retificativo

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

PIB - Produto Interno Bruto

WTI - West Texas Intermediate

1. INTRODUÇÃO

O petróleo é, atualmente, uma das principais matérias-primas e a mais importante fonte de energia, sendo um elemento indispensável ao sistema económico internacional, visto ter-se consolidado como um importante mecanismo de poder económico e diplomático para uma série de agentes económicos, particularmente empresas multinacionais e estados produtores de petróleo, que procuram o domínio deste recurso através de mecanismos de organização (Maugueri, 2006).

De acordo com os dados do IndexMundi (2017), verificou-se, desde finais do ano 2014, a descida do preço do barril de petróleo, o que tem causado um impacto na economia mundial. Angola foi um dos países mais afetados por esta descida, pelo facto de a sua economia ser muito dependente deste recurso e devido à fraca diversificação da atividade económica no país.

De acordo com os dados do The World Bank (2017), as exportações de petróleo nos últimos 10 anos representaram, em média, 97% das exportações angolanas. As exportações de petróleo geraram 52,2 mil milhões de receitas para o país em 2014. Em 2015, a entrada de moeda estrangeira, gerada pelas exportações de petróleo, foi de 31,2 mil milhões, e em 2016, devido à quebra do preço do petróleo, reduziu para 19,2 mil milhões (Departamento de Estudos Montepio, 2016).

Neste sentido, e porque a atividade empresarial fora do setor extrativo está muito dependente do comportamento do setor petrolífero, pareceu-nos importante tentar perceber qual é a perceção da importância dos fatores que constroem o desempenho das empresas privadas em Angola decorrente da crise atual. Esta é, assim, a grande motivação para a escolha do tema, ao que há que acrescentar o facto de estar a tratar de um assunto que afeta o meu país, Angola.

Neste trabalho, pretende-se obter a perceção do empresariado angolano sobre a atual crise petrolífera, tentando perceber os fatores que impedem o desempenho das suas empresas. Num primeiro momento, iremos descrever a importância do petróleo na economia mundial e angolana, a sua evolução histórica e as possíveis alternativas a este recurso energético. De seguida, iremos analisar mais ao pormenor a economia angolana, abordaremos a importância do petróleo na mesma, mencionando, portanto, alguns dos impactos mais significativos do petróleo na economia deste país, que, como atrás foi referido, é crucial para o desempenho das empresas privadas. Por último, e como não poderia deixar de ser, será feita uma análise ao setor privado no país. Na componente empírica, foram realizados e distribuídos questionários a empresários angolanos que foram afetados e que lidam diariamente com esta situação económica. Os questionários foram distribuídos via email, pelos contactos disponíveis e pelas redes sociais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. *Petróleo*

2.1.1. *Enquadramento geral*

O petróleo, composto por uma complexa combinação de hidrocarbonetos, pode ser proveniente de fontes convencionais e não convencionais. Reservatórios não convencionais de petróleo são o óleo de xisto, proveniente do xisto betuminoso e o óleo retido nos poros de diferentes rochas, tais como arenito (Hartshorn, 1979). Enquanto as reservas mundiais de óleo convencional, extraído em áreas continentais ou de águas oceânicas (baixa e média profundidades) estão quase todas localizadas no Oriente Médio, Líbia, Golfo do México e Rússia, as reservas mundiais de óleo de xisto estão bem distribuídas em várias regiões, tendo como principais produtores a Rússia, Estados Unidos, China, Argentina e Líbia. Por sua vez, as reservas de óleo em águas profundas e ultra profundas do pré-sal estão concentradas, principalmente, no Brasil, mas são também encontradas no Cazaquistão, Angola e Gabão. Mas esta alternativa exige gastos com investimentos em tecnologia muito altos e, além disso, os seus depósitos contêm uma grande concentração de dióxido de carbono, que é muito superior à de reservas em águas mais rasas. Portanto, a sua exploração, de forma inadequada, pode contribuir para o aquecimento global (Rocha, 2014).

De acordo com Buambua (1996), “... o petróleo tem sido ao longo dos anos o principal produto que move a economia e as sociedades mundiais...”. Isto devido ao facto de os diversos produtos gerados pelo mesmo terem inúmeros e variados usos, que fazem com que a sua importância para as economias atuais não seja posta em causa. Buambua (1996) acrescenta que “... a excepcional versatilidade do petróleo como base material para a manufatura de uma extensa gama de produtos, a sua facilidade no transporte e armazenamento, a sua particular eficiência no fornecimento de energia para transporte,

são fatores, entre outros, que estimularam o crescimento da indústria e que deram ao petróleo maior importância nas economias de países produtores e consumidores...”.

Hamilton (2009) reforça a ideia acima, reafirmando que “... nenhuma fonte de energia tem a importância geopolítica que o petróleo possui, visto a relativa facilidade com que esse recurso energético natural pode ser transportado ao redor do mundo e dado este se constituir na base da economia produtiva mundial...”.

Assim, o país que detém e controla as suas reservas petrolíferas e que mantém uma estrutura adequada de refino auferirá vantagens competitivas em relação à segurança interna dos setores vitais à economia, como transporte e produção de eletricidade e, por conseguinte, conferindo competitividade à indústria, e na sua participação no comércio internacional, por meio da exportação direta do óleo e dos seus derivados (Hamilton, 2009).

2.1.2 Evolução histórica

De acordo com Mauguéri (2006), “... o petróleo, desde sempre, se fundamentou num jogo de procura de poder entre todos os agentes envolvidos neste mercado, que ora cooperam entre si para obter benefícios económicos de curto-prazo, ora se confrontam em defesa dos seus interesses próprios...”. Neste sentido, esta dualidade relacional marcou a indústria petrolífera ao longo dos três ciclos de mercado.

A primeira fase foi marcada pela descoberta da primeira jazida petrolífera nos Estados Unidos, na Pensilvânia, em 1859. A jazida revelou-se promissora e a data passou a ser considerada a do nascimento da moderna indústria petrolífera e o início do domínio americano do comércio mundial do petróleo (Schiavi, 2015). Segundo o mesmo autor, este início de descobertas das jazidas levou a que uma série de entidades entrasse numa

luta pelo petróleo, disputando entre si os espaços, onde as descobertas ocorreram. Esta competição, totalmente desorganizada, sem qualquer tipo de enquadramento legal ao nível da exploração, levou à destruição de vários poços petrolíferos ou à sua exaustão prematura, que teve como consequência as flutuações de preços muito acentuadas no mercado. A segunda fase data do início da década de 60 do século XIX até ao ano de 1960. Contrariamente ao que ocorria na primeira fase do mercado, a exploração e comercialização do petróleo consubstanciava-se em empresas fortemente organizadas, burocratizadas e estruturadas verticalmente (Yergin, 1992). É, então, nesta mesma época que ocorre a internacionalização petrolífera, paralelamente ao aumento da sua importância nos ciclos económicos mundiais.

Foi John Rockefeller, em 1870, fundador da primeira empresa petrolífera de dimensão global, a *Standard Oil Company*, quem inaugurou uma era diferente no mercado internacional de petróleo, sobretudo o modo de organização empresarial desta indústria em particular. As empresas que queriam entrar neste mercado tinham de seguir a verticalização empresarial, que era a mesma estratégia da empresa de Rockefeller (Yergin, 1992).

Na Europa, foi criada, em 1889, a *Royal Dutch Petroleum*, que consistia numa companhia holandesa que atuava na região das Índias Holandesas. Em 1897, surge a empresa britânica *Shell Transport and Trading Company*, que controlava uma grande percentagem da produção de petróleo russo e asiático (Hamilton, 2009). Contudo, e com o intuito de compensar a política de subsídios da *Standard Oil* em território americano, de combater a dependência europeia do petróleo de abastecimento russo e de combater a influência crescente da *Standard Oil Company*, os líderes da *Shell* e da *Royal Dutch Petroleum* decidiram fundir as suas companhias em 1906, surgindo, então, a *Royal*

Dutch Shell, que no fim da primeira guerra mundial detinha um poder de mercado na ordem dos 75% (Yergin, 1992).

É fundamental acrescentar que a maior concorrência neste mercado decorreu, também, da mudança do paradigma energético mundial, mais precisamente com a ascensão de uma variedade de derivados de petróleo, como a gasolina, que superou as vendas de carvão e do óleo de baleia na primeira década do século XX (Lopes Velho, 2006). É também, de acordo com o mesmo autor, nesta primeira década do século XX que, com a mobilização bélica mundial, o petróleo tornou-se num ativo fundamental na logística de guerra, sentindo-se por parte das várias chancelarias a necessidade de se encontrar novas áreas de produção e de prospeção deste recurso, nomeadamente para o abastecimento das máquinas de guerra das grandes potências mundiais, o que exigia uma enorme quantidade de energia para se manter operacional.

Por fim, a terceira fase desta indústria ocorre com a ascensão de uma série de estados produtores de petróleo, que se encontram organizados numa estrutura de mercado própria, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e conscientes do seu papel nos destinos da economia mundial, mais precisamente ao serem os fornecedores líquidos do recurso energético que mantém estável a economia. Nesse sentido, as grandes multinacionais, tal como os países consumidores deste líquido, ficam dependentes das decisões de mercado destes atores (Schiavi, 2015).

Na verdade, o primeiro indício do papel renovado da OPEP acaba por coincidir com o colapso do sistema monetário de Bretton Woods, no ano de 1971, o que significou o fim do padrão dólar-ouro internacional, culminando, portanto, numa série de flutuações cambiais no mercado internacional. Dado que a grande maioria dos países produtores se tinha conformado com um critério de preços de exportação de petróleo relativamente

estável, é evidente que, com esta crise financeira mundial, os países produtores de petróleo tenham ficado descontentes por verem os preços flutuarem. Em 1973, os estados produtores decidiram atuar no mercado e na diplomacia económica, mais precisamente através de uma posição de força, com o intuito de evitarem situações económicas de recessão e de perda de poder de compra dos seus cidadãos, requerendo uma negociação dos termos das concessões económicas pagas pelas grandes empresas (Hamilton, 2009).

Os três primeiros anos da década de 1970 foram responsáveis por duplicar os preços do petróleo. O primeiro choque, como ficou conhecido, foi resultado direto de um conflito distributivo entre os países exportadores de petróleo e os países desenvolvidos, ocorrido num contexto de desvalorização do dólar e questionamento da liderança dos Estados Unidos da América (EUA) (Hamilton, 2009). Mais propriamente, as pressões inflacionárias e a desconfiança em torno do dólar, como moeda para transações internacionais, reforçavam a incerteza no sistema económico. Neste contexto, os agentes produtores começaram a acumular “stocks” para se protegerem de possíveis restrições de oferta, o que alimentava o processo natural de subida de preços. Em 1973, com a guerra de Yom Kipur (o conflito entre Israel, Egito e a Síria), a OPEP decretou o embargo das vendas de petróleo aos estados que apoiaram Israel, nomeadamente aos EUA. Este embargo prolongou-se por seis meses e ao terminar, em março de 1974, os preços nominais tinham subido de 3 para 12 dólares por barril (Malta, 1998).

De acordo com Hartshorn (1979), além das consequências económicas, o primeiro choque do petróleo foi responsável pelo surgimento de um novo equilíbrio de poder entre os principais atores envolvidos na indústria. Verificou-se um ganho relativo de poder dos países produtores, representados pela OPEP, frente a um declínio no poder

das “sete irmãs” (British Petroleum, Chevron, Esso, Gulf, Mobil, Shell e Texaco). A determinação dos preços do petróleo passou também a ser subordinada ao controlo de oferta realizado pela OPEP. Em 1979, ano em que se deu o “segundo choque petrolífero”, o Irão estava no meio de um caos político e social devido a um movimento revolucionário, que levou a que a produção do petróleo no país fosse suspensa. Com efeito, Malta (1998) indica que houve uma significativa quebra de oferta no mercado internacional, provocando uma desorganização generalizada da produção mundial. Em poucos meses o preço do petróleo praticamente triplicou, passando de 13 USD para mais de 34 USD por barril, entre 1978 e 1979 (ver Figura 1).

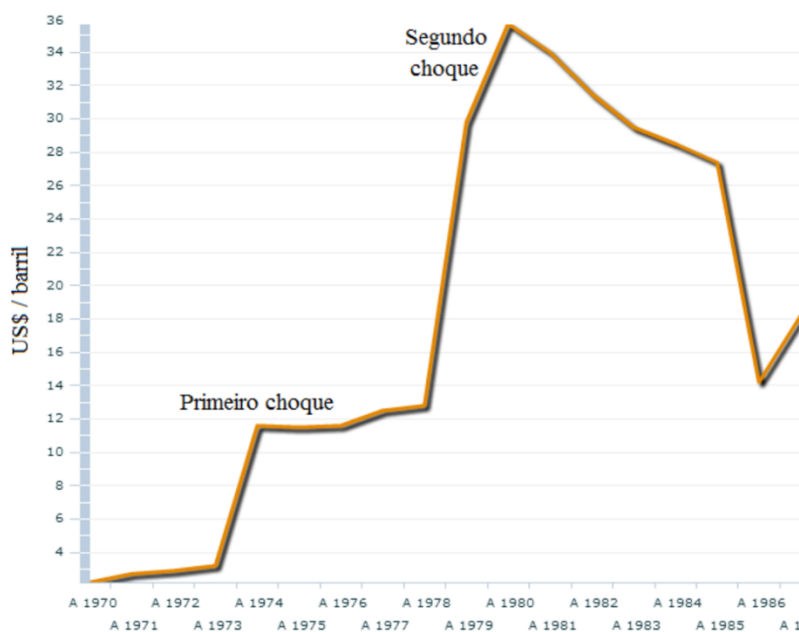


FIGURA 1 – Variação do preço do barril do petróleo, entre 1970 e 1986.

Fonte: IMF Stat – Estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2012).

No início da década de 1980, os países importadores começaram a diversificar as suas compras a produtores que não pertenciam à OPEP, pelo que em 1984 o preço já tinha baixado a valores nominais de 15 a 25 USD por barril (25-40 atuais). Em 1990, o Iraque

invadiu o Kuwait, provocando o embargo da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Iraque, e em 11 de outubro de 1990 o preço marcava um valor nominal de 42 USD por barril (60 a preços atuais), mas logo em seguida recuperou os preços anteriores (Mártil, 2016).

No início do século XXI, vários acontecimentos fizeram subir lenta mas inexoravelmente o preço do barril: os atentados de 11 de Setembro de 2001, a segunda Guerra do Golfo (2003), a eterna crise do Médio Oriente e a enorme bolha financeira que foi inchando desde os últimos anos do século XX. O preço do barril alcançou o valor máximo na primavera de 2008, quando chegou a rondar os 140 USD por barril. Logo em seguida, teve início a Grande Recessão e a queda livre do seu preço até ao nível dos 40 USD por barril, na primavera de 2009. Após um período turbulento no mundo árabe (Primavera Árabe e o seu impacto na Líbia, um dos grandes produtores; e as sanções ao Irão), o preço estabilizou na margem dos 80-100 USD por barril, onde se manteve com ligeiras flutuações desde meados de 2012 até finais de 2014. A partir do outono de 2014, assistiu-se a uma queda continuada no preço, e, no início de 2016, o preço situou-se entre os 28-32 USD por barril (Mártil, 2016). De acordo com o mesmo autor, ainda que pareça que vivemos nos últimos meses uma época de baixos preços do petróleo, a sua evolução durante os últimos 50 anos não deve incutir otimismo. A grande volatilidade do preço do petróleo durante o último meio século demonstra que este se move numa autêntica montanha russa, dado o seu carácter estratégico, o que faz que a sua cotação seja extraordinariamente sensível a um grande número de condicionantes que a levam à subida ou à queda em períodos de tempo muito curtos.

2.2. Alternativas ao petróleo

Nas últimas décadas, a utilização de métodos não convencionais para a extração de recursos energéticos tem vindo a aumentar em diversas regiões do globo, nomeadamente no Canadá, com as areias betuminosas, e nos EUA, com o gás de xisto, atingindo uma expressão já bastante significativa, pela escala, pela especificidade tecnológica e pela influência que este tipo de explorações tem no setor energético (Miller, 2006).

De acordo com Miller (2006), a maior inovação na energia neste século, até agora, tem sido o desenvolvimento do gás de xisto, que, apesar de ser um substituto do petróleo tradicional, envolve processos de extração muito mais caros e afeta gravemente o ambiente, tendo em conta que o uso de tecnologia de fraturamento hidráulico causa a poluição de largas áreas de terreno. A energia de xisto situa-se no topo das alternativas ao petróleo, não apenas pela sua abundância nos EUA, mas também devido ao seu impacto mundial profundo.

O recente descobrimento de novas reservas de gás de xisto nos EUA levou à transformação dos EUA, de um país importador de gás natural convencional proveniente principalmente do Canadá (cerca de 50% do gás natural usado nos EUA em 2010 foi importado do Canadá), para um país perto da autossuficiência de gás natural. Os EUA passam de importador para exportador, sendo um dos países líderes no cenário do mercado mundial de gás natural (Kilian, 2016). O avanço significativo da indústria de gás e petróleo de xisto nos EUA já produz um impacto considerável sobre a economia americana, tendência que deverá aprofundar-se nos próximos anos, afetando também a economia global. Com a chamada “revolução do xisto”, as previsões apontam

para um crescimento mais forte do PIB, uma maior geração de empregos e mais receitas para os cofres públicos (Kilian, 2016).

De acordo com Rocha (2014), o gás natural, que tem como constituinte principal o metano, é um combustível fóssil mais limpo do que o petróleo e o carvão. O processo de transformação do metano em combustível é muito menos exigente em termos energéticos do que o processo de transformação dos combustíveis convencionais derivados do petróleo. Existem reservatórios de gás natural convencional e não convencionais.

Segundo o mesmo autor, o consumo de gás natural continuará a expandir. Este é o combustível fóssil de mais rápido crescimento, visto que apresenta algumas vantagens, como a quantidade e as variedades de reservatórios de gás natural distribuídas em diferentes países, como China, Estados Unidos, Canadá e Austrália. Apresenta uma boa probabilidade de manter os preços em níveis competitivos, e é o combustível menos intensivo em termos de emissão de carbono, sendo então aquele que é menos afetado por políticas de redução de emissões de gases estufa.

Outra alternativa é o carvão, que é usado principalmente para produção de energia primária, ou seja, para produção de eletricidade para consumidores domésticos, comerciais e industriais, mas também na indústria siderúrgica. Na última década, o carvão respondeu por 45% da demanda energética mundial (Gonçalves & Machado, 2012).

O total de reservas de carvão comprovadas e economicamente viáveis para exploração no mundo é de 861 bilhões de toneladas, distribuídas por mais de 70 países. As maiores reservas estão nos EUA, Rússia, Índia e China. Os EUA, considerando apenas as suas reservas de carvão, têm uma independência energética de cerca de 250 anos. Apesar de

o carvão ser abundante, relativamente barato e facilmente encontrado, há certos fatores, principalmente ambientais, que associam aspetos negativos ao seu uso. Ainda, deve-se levar em conta que o próprio processo de mineração do carvão, que geralmente acontece a céu aberto, tem um enorme impacto ambiental e ecológico (Gonçalves & Machado, 2012).

Segundo Krichene (2002), outra alternativa fiável será a biomassa, por ser considerada ambientalmente amigável, mais limpa, renovável e pelo facto de agregar e atribuir valor aos resíduos utilizados em processos preexistentes. A biomassa tem surgido como modelo de matéria-prima para o suprimento da demanda energética mundial de modo sustentável, seja para a geração de calor e eletricidade, para a produção de combustíveis ou para a produção de precursores, solventes e outros insumos industriais, sobretudo no Brasil, EUA e Alemanha.

Gonçalves & Machado (2012) afirmam que “... a substituição de petróleo por outro tipo de energia é assim, sem surpresa, um processo moroso, que exige enormes quantidades de capital e conhecimento, e cria não raras vezes uma série de anticorpos sociais e económicos ao seu desenvolvimento...”.

2.3. Economia angolana

A República de Angola, situada no sudoeste da África, possui uma área de 1.246.700 km² e uma população estimada em 26,5 milhões de habitantes, de acordo com o último censo de 2015. Com 18 províncias, possui a oeste uma extensa costa marítima banhada pelo oceano Atlântico. A norte, é circundada pelas Repúblicas do Congo e do Zaire; a leste, pela Zâmbia, e a sul pela Namíbia (Billion, 2001). Cabinda, uma das suas províncias, rica em petróleo, é um enclave a noroeste, localizada entre as Repúblicas do

Zaire e do Congo, separada do resto de Angola por um pequeno território da República do Zaire. (Figura 2)



FIGURA 2 - Mapa de Angola.

Fonte: indexmundi (2017).

Angola é um país dotado de grandes recursos minerais e energéticos, que incluem reservas de petróleo e gás natural, além de um grande potencial hidroelétrico em seus numerosos rios, como o Cuanza, Cuilo e Cunene (Billion, 2001).

A atual estrutura setorial da economia angolana e a sua possível evolução são melhor compreendidas à luz daquilo que foi a atividade económica no passado, nomeadamente

durante o período colonial. Em 1908, a borracha representava 65% das exportações de Angola. Entre 1946 e 1972, a produção mais beneficiada foi o café, que se tornou no principal produto de exportação, embora se deva realçar também o sisal, o algodão e produtos da pesca. Entre 1960 e 1972, a progressão da produção das indústrias extrativas foi particularmente sensível em três ramos: diamante, ferro e petróleo (Simon, 2001).

A diversificação da indústria transformadora deu os primeiros passos neste período. Quatro setores ligeiros, nomeadamente o da alimentação, têxtil, bebidas e tabaco, contribuíram com 64% do total da indústria. Já a produção alimentar e as bebidas perfaziam cerca de 47% do valor global. Eram totalmente inexistentes os ramos modernos da indústria química ligeira e pesada, da indústria de aparelhos de ótica, de aparelhos de precisão e eletrónicos, de equipamentos de transporte, e de indústrias de reciclagem (Martelli, 1962). Em 1974, Angola entrou num período conturbado de guerra, no qual a estrutura produtiva do país se deteriorou a um ponto de quase paralisação de muitos dos setores tradicionais. Mas mesmo diante de uma situação de guerra, no período de 1975-2002, a taxa média de crescimento do PIB foi de 2,4%. O investimento de capital teve um crescimento médio anual de 2,4%, sendo este um esforço do Governo, porque nessa altura o setor privado era praticamente inexistente. Em 1992, na sequência da alteração da Constituição, estabeleceu-se um sistema económico baseado no mercado e com o qual se pretendia que a propriedade passasse a ser privada limitando a ação económica do Estado a setores sociais e a áreas económicas consideradas estratégicas (Simon, 2001). Segundo o mesmo autor, após 27 anos de guerra civil, em abril de 2002, estabeleceu-se os acordos de paz. Desde aí, o país tem enfrentando a árdua tarefa de promover a estabilidade e a criação de condições de

relançamento da economia.

De acordo com *The Observatory of Economic Complexity* (OEC, 2015), Angola tem como principais destinos de exportação: a China (14,3 bilhões de USD), os EUA (7 bilhões de USD), a Índia (2,81 bilhões de USD), Espanha (2,27 bilhões de USD) e a França (1,6 bilhões de USD). As origens de importação de topo são a Coreia do Sul (2,82 bilhões de USD), a China (2,67 bilhões de USD), Portugal (2,3 bilhões de USD), os EUA (1,2 bilhões de USD) e a África do Sul (869 milhões de USD). Angola tem visto o seu PIB crescer de forma rápida, com uma média de 15,3% ao ano entre 2003 e 2008, em resultado do *boom* do petróleo, tendo sofrido com a recessão global e reduzido o crescimento do PIB para uma média de 4,3% ao ano entre 2009 e 2013. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB *per capita* em paridade de poder de compra foi estimado em 7.344 (USD) em 2015, substancialmente maior do que no Quênia ou na Nigéria. No entanto, este valor agregado esconde enormes disparidades no rendimento. De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), 37% da população de Angola vive abaixo da linha da pobreza (definida como 2 USD por dia). Luanda, a capital do país, domina e vai continuar a dominar a economia angolana devido à sua posição como centro político e económico, pelo facto de ser o lar de mais de um quarto da população e pela maioria dos ministérios e das sedes das empresas se localizarem na capital, bem como cerca de metade da indústria transformadora do país. De acordo com o Índice de Transparência Internacional, que diz respeito ao índice de perceção da corrupção, onde uma maior pontuação diz respeito a menos perceção de corrupção e uma menor corresponde a uma maior perceção de corrupção, Angola em 2016, obteve numa escala de 0-100, uma pontuação de 18 pontos, ocupando o 167º lugar num ranking de 180 países. O País

encontra-se em 6º lugar entre os 10 países mais corruptos do Mundo, caracterizados pela instabilidade da governação, existência de conflitos, instituições públicas deficientes, ausência de independência dos media locais e um poder judicial fortemente dependente do poder político. (Internacional Transparency, 2016).

De acordo com Rocha (2014), tem que se ter em conta três períodos, de maneira a que consigamos compreender as diferentes etapas de crescimento da economia angolana. Durante o primeiro período, que decorreu entre o ano de 2003 a 2008, a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante, proporcionando receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução e modernização das infraestruturas materiais da economia e dar, assim, início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público se apresentou como o segundo maior fator de crescimento do PIB.

O segundo período foi entre 2009-2012, em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias, e em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e 2009, só retomando o seu nível anterior em 2012. Outro fator de crescimento, as exportações de petróleo também diminuíram de uma forma significativa no período em referência. Durante este período, a taxa real de variação do PIB foi a mais baixa de sempre depois da independência, menos de 3% em média anual entre 2009 e 2012.

No terceiro e último período, entre 2013-2014, a grande aposta do Governo foi o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infraestruturas, grande parte das quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos índices de retorno económico das empresas e de

utilidade social da população. Este período foi caracterizado por um comportamento muito errático da produção de petróleo.

Segundo o relatório e contas do Banco Nacional de Angola (BNA, 2015), as estimativas do FMI apontaram para uma desaceleração da economia mundial, passando de uma taxa de crescimento real de 3,40% em 2014 para os 3,10% em 2015, tendo como principal foco a desaceleração das economias emergentes. O abrandamento da economia chinesa, devido à diminuição da procura interna e ao fraco crescimento do investimento, foi um dos fatores de destaque em 2015, que acabou por contagiar outras economias, entre as quais a economia angolana, em resultado das fortes relações comerciais que as duas economias mantêm entre si (Zhao, 2011). Comparando a crise de 2008/2009 com a de 2014 até à atualidade, deve-se ter em conta que, enquanto a primeira esteve muito relacionada com a crise económico-financeira internacional vivida naquela altura, a crise atual surgiu também associada a uma revolução tecnológica em que a introdução de uma inovação, extração de petróleo através de gás de xisto, gerou uma maior competitividade de preços. Para além da revolução tecnológica, outros fatores contribuíram para este cenário, tais como a desaceleração das economias emergentes, o final da política monetária expansionista norte-americana e de certos controlos à expansão da produção de petróleo (embargo ao Irão), tornando assim mais improvável a recuperação do preço do petróleo para níveis de, por exemplo, 2013, acima dos 100 USD (Zhao, 2011).

2.4. Setor privado em Angola

A economia angolana, entre 1975-1991, era fortemente centralizada, obedecendo a uma planificação por parte do Estado. Naquela época, havia pouca margem para o setor privado angolano realizar investimentos e empenhar-se na atividade económica, sendo o setor público o mais preponderante na economia angolana (Billion, 2001). A partir da Segunda República (que teve início em 1992), verificou-se uma maior abertura da economia angolana às regras do mercado, o que possibilitou ao setor privado ter um papel mais interventivo no desenvolvimento de atividades económicas, havendo lugar à reprivatização de empresas que, aquando da independência, tinham sido nacionalizadas (Vines, 2016). Segundo o mesmo autor, após a independência de Angola, rapidamente se constatou a baixa capacidade técnica existente no país e a reduzida qualificação dos trabalhadores angolanos. Por essa razão, o investimento estrangeiro foi encarado como uma inevitabilidade para colmatar estas lacunas, reconhecendo-se a necessidade do recurso a capitais, equipamento e tecnologia provenientes do estrangeiro. Com o fim da guerra civil, em 2002, houve necessidade de introduzir profundas reformas a nível económico. A inflação que o país vivia abrandou, permitindo a estabilização da moeda e a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional. Estabeleceu-se como prioridade a reconstrução nacional, o que determina a adoção de medidas visando a criação de um clima mais favorável ao investimento privado, quer este seja estrangeiro ou nacional (Vale, 2017). De acordo com o relatório do Observatório Internacional SEBRAE (2014), Angola segue uma tendência que é uma característica de países da África Subsaariana, o crescimento do empreendedorismo no país, com cerca de um terço da população envolvida em negócios estabelecidos recentemente. Os empresários angolanos tendem a ser, na sua maioria, impulsionados pela oportunidade. As pessoas

de meia-idade são as mais propensas a iniciar novos negócios, sendo o empresário médio adulto, com idade entre 35 e 44 anos. Em 2010, uma das áreas em que havia maior investimento era a de serviços, por causa da conjuntura que na altura o país atravessava. Importar um produto, comercializar, investir num produto que pudesse gerar lucro rapidamente. Mas com o passar do tempo e face à situação atual do país, as pessoas veem a necessidade de reinventar negócios (Vale, 2017).

Angola passou por um período de forte investimento do Governo em apoio ao empreendedorismo. Ainda assim, há um reconhecimento geral de que a infraestrutura e a educação precisam de reformas profundas para atuar como facilitadores para a atividade empresarial. Outra característica importante é que a atividade empresarial é igualmente alta em ambos os sexos e, apesar do índice elevado de pobreza extrema e do analfabetismo na maioria das mulheres angolanas, existe uma grande motivação do espírito empreendedor, embora não sendo por vontade, mas sim por necessidade (Observatório Internacional SEBRAE, 2014). O governo tem considerado o empreendedorismo como um veículo para a diversificação económica, o que se reflete no aumento dos níveis de apoio financeiro e de novos programas de apoio ao empreendedorismo no país. Por outro lado, as infraestruturas e a educação são os dois principais obstáculos à criação de empresas no desenvolvimento do país. Mais de duas décadas de guerra civil deixaram as infraestruturas do país em um estado de degradação do qual ainda não recuperou e isso aumenta o custo de fazer negócios no país. O subdesenvolvimento do sistema de educação e a reduzida formação dos recursos humanos são também um grande obstáculo para a criação de empresas, uma vez que a falta de qualificação dos indivíduos leva a uma baixa taxa de sucessos dos negócios e das iniciativas empreendedoras (Observatório Internacional SEBRAE, 2014).

Em Angola, dois grandes programas encontram-se em evidência. O primeiro deles é o Angola Investe, criado em 2012, para financiar projetos de investimento de micro, pequenas e médias empresas. A iniciativa foi do Ministério da Economia, em parceria com o Fundo de Garantia de Crédito. O outro é o Balcão Único do Empreendedor (BUE), que criou um único passo para o registo e licenciamento das PME's, além de prestar assistência na transição de empreendedores do setor informal para o setor formal da economia. Angola mantém uma elevada dependência do setor petrolífero e da atividade de importação, uma vez que o setor produtivo nacional mantém uma baixa capacidade de satisfazer as necessidades de consumo interno (Vale, 2017). Adicionalmente, as micro, pequenas e médias empresas (MPME's) continuam a ter uma importância reduzida no ramo empresarial angolano ao contribuírem apenas com 5% do imposto industrial (Observatório Internacional SEBRAE, 2014).

Apesar da modernização e simplificação que se tem vindo a verificar, a prática não corresponde à realidade. Os serviços disponíveis encontram-se concentrados em Luanda, deixando as restantes províncias de lado. Além disso, estão orientados para clientes mais importantes. O acesso a serviços de desenvolvimento empresarial é limitado e a conceção e estrutura desses serviços, quando existem, não estão de acordo com as necessidades e realidades de negociar no segmento mais baixo do mercado (Power, 2012).

3. METODOLOGIA

3.1. Objetivos e questões de estudo

Num contexto de queda do preço do petróleo, o que conduziu a um forte abrandamento do crescimento económico, o objetivo geral do estudo foi analisar a perceção da importância dos fatores de constrangimento à atividade empresarial privada em Angola, a partir dos resultados de um questionário respondido por um conjunto de empresários angolanos. Este questionário não se pode considerar ser representativo da opinião da classe empresarial, uma vez que foi divulgado pelo método “*Snowball*”. Desta forma, os objetivos específicos do presente trabalho foram:

- Abordar a importância do petróleo na economia mundial e angolana, a sua evolução histórica e as possíveis alternativas a este recurso energético, fundamental no presente momento.
- Analisar a importância do petróleo na economia angolana e ver como este influencia o setor privado angolano.
- Avaliar os principais indicadores económicos em Angola, no período entre 2008-2016.
- Estudar de forma exploratória, a perspetiva que os empresários angolanos têm das causas da crise económica no país e, dentro desta, a importância relativa da crise petrolífera.

3.2. Instrumentos utilizados

No presente trabalho, utilizou-se como técnica de recolha de dados, em primeiro lugar, a análise documental, que é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação

da informação existente em documentos, com o objetivo de permitir identificar conceitos, teorias, dados e conclusões, sobre a temática em estudo (Dalfovo M. & Lana R. & Silveira A. 2008). Foram utilizados dados oficiais do relatório e contas do Banco Nacional de Angola (BNA), de 2008 a 2015, do Banco Fomento de Angola (BFA), entre 2014 e 2016 e o relatório do Departamento de Estudos do Montepio, de 2016, assim como outras publicações científicas relevantes.

Outro instrumento de recolha de dados utilizado nesta dissertação foi o questionário. Este pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas (Duarte, 2006). O questionário é uma técnica bastante viável e pertinente para ser aplicada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo a opinião, percepção e posicionamento dos entrevistados (Duarte, 2006). O questionário apresentado aos empresários angolanos teve um carácter exploratório, estava dividido em duas partes e foi composto por 8 questões. A primeira parte, com 6 perguntas, dizia respeito à caracterização dos respondentes, permitindo a realização de uma análise sociodemográfica. A segunda parte, com duas perguntas, cujas respostas foram dadas numa escala entre 1 e 7, onde 1 significava sem qualquer importância e 7 muito importante, dizia respeito aos fatores explicativos da situação económica atual de Angola. Nesta 2.^a parte, tinham que classificar a importância que tiveram 20 fatores identificados para a situação económica atual do país e, em seguida, classificar os mesmos fatores, mas especificamente no setor de atividade do respondente. O questionário em causa segue em anexo nesta dissertação.

3.3. Amostra/participantes

O universo populacional deste estudo foi composto por empresários angolanos de várias províncias do país e de diversas áreas de atuação, com base no envio para diversos contactos académicos, pessoais e institucionais. Determinou-se como critério de exclusão todos os indivíduos que não completaram o seu questionário. Do universo de potenciais respondentes, responderam 77 empresários sendo que 70 devolveram o questionário devidamente preenchido e que, por este facto, representa a amostra com a qual trabalharemos. A recolha de dados foi feita entre o dia 16 de outubro até ao dia 20 de novembro de 2017.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Resultados da análise documental

Para permitir um melhor enquadramento empírico do sistema económico em Angola, onde operam os empresários objeto de estudo nesta dissertação, apresentam-se em seguida os principais resultados obtidos a partir do relatório e contas do Banco Nacional de Angola (BNA), de 2008 a 2015, do Banco Fomento de Angola (BFA), entre 2014 e 2016, e do relatório sobre Angola do Departamento de Estudos do Montepio de 2016, referentes aos principais indicadores económicos do país entre 2008 e 2016.

TABELA I - Principais indicadores económicos de Angola entre 2008 e 2016.

<i>Indicador</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>
<i>Taxa de Inflação (%)</i>	12,4	13,9	15,3	11,4	9	7,7	7,4	14,3	41,9
<i>Crescimento anual do PIB (%)</i>	13,8	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	2,9	0
<i>Contribuição do Setor Petrolífero no crescimento do PIB (%)</i>	12,3	-5,1	-3	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8
<i>Contribuição do Setor Não Petrolífero no crescimento do PIB (%)</i>	14	8,3	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4
<i>Preço do Petróleo Angolano (média, USD por barril)</i>	91,7	70,5	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50	40,5
<i>Exportações Totais (mil milhões de USD)</i>	58,4	34,1	44,5	51,7	58,4	59,9	54,6	34,2	31
<i>Petróleo nas exportações (mil milhões de USD)</i>	56,2	32,1	42,7	50,4	55,3	56,4	52,2	31,2	19,2
<i>% de Petróleo nas exportações</i>	96%	94%	96%	97%	95%	96%	94%	91%	62%
<i>Importações (mil milhões de USD)</i>	19,5	17,1	15,4	16,1	19,7	22	26	17	12,2
<i>Taxa de Câmbio Mercado Oficial (Kz/USD)</i>	75	79,2	91,9	96,8	97,6	98,8	103,7	137,7	165,9
<i>Taxa de Câmbio Mercado Informal (Kz/USD)</i>	75,8	80	93	102,4	104,8	104,7	123,8	254,7	500,9

Fonte: BNA Relatório e Contas 2008- 2015, do Banco Fomento de Angola (BFA), 2016.

Verifica-se, pela análise da Tabela I, que o crescimento económico médio anual real entre 2008 e 2016 foi de 4,8%, um valor muito baixo quando confrontado com o período 2002-2008, que teve um crescimento de 15,5%, e que foi na altura um dos mais elevados de África (BNA, 2015). Podemos também observar que, no setor petrolífero, o preço do barril de petróleo, que teve a sua última queda em 2009, devido a crise financeira internacional, voltou a cair em 2014, (2,6%), mas foi em 2015 que se verificou a maior queda de preço, (48,4%). O crescimento do PIB também foi afetado diretamente pela queda do petróleo, que provocou, designadamente, uma queda das exportações totais, que se verifica desde 2014. No Gráfico 1, podemos observar que, entre os anos 2002-2005, o setor petrolífero era mais representativo do que o não petrolífero. Mas desde 2006 que a sua contribuição tem vindo a baixar, e isso reflete-se nos valores negativos que observamos na tabela I, com exceção dos anos 2012 e 2015, que, apesar do crescimento dos valores nominais, a importância relativa do setor petrolífero também diminuiu nesses anos. Por outro lado, o crescimento do setor não petrolífero, desde 2006, tem vindo a aumentar, sobretudo devido ao investimento público em construção e infraestruturas no país (Mendes, 2013). Mas, como se observa na Tabela I, desde 2014 que a contribuição do setor não petrolífero tem vindo a descer, pois, como já foi referido, a queda do preço do petróleo, e da consequente diminuição da acumulação de divisas, provocou diversos constrangimentos no setor real da economia, entre os quais, dificuldades na importação de matérias-primas indispensáveis ao bom funcionamento da indústria transformadora e de outros setores da economia.

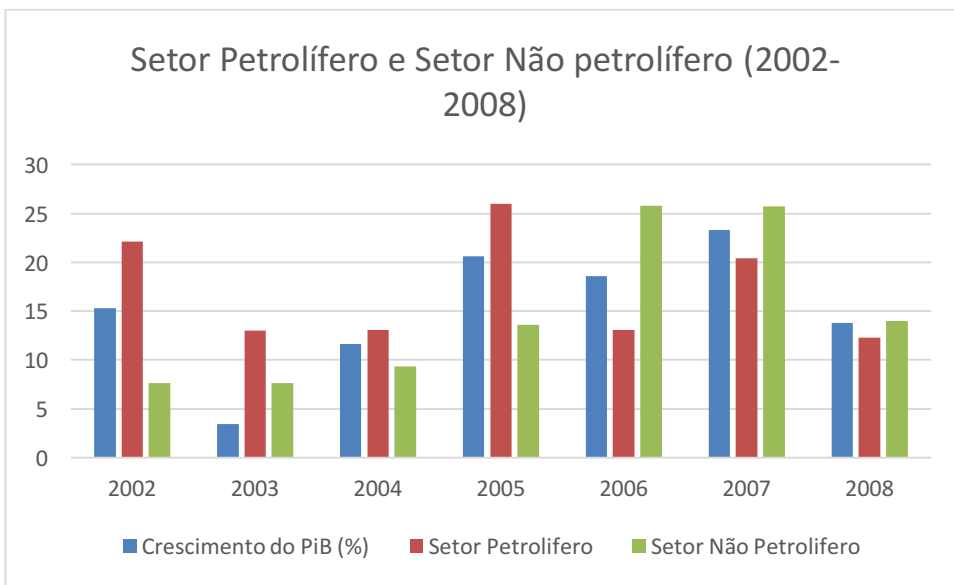


GRÁFICO 1- Setor petrolífero e setor não petrolífero (2002-2008).

Fonte: BNA Relatório e Contas 2002-2008.

A trajetória de depreciação apresentada pela taxa de câmbio e a retoma do ciclo ascendente da taxa de inflação, ao longo do ano de 2015, reforçaram a desaceleração da atividade económica, em função do abrandamento da procura privada, refletindo designadamente as restrições no acesso a divisas para efeitos de importação (Departamento de Estudos Montepio, 2016). Além disso, nos últimos anos, houve uma forte escassez de divisas, que se refletiu numa grande diferença entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio no mercado informal.

Os dados apresentados pelo BNA afirmam que em termos médios anuais, em 2014, a inflação cifrou-se em 7,4%, o mais baixo registo desde 1990. Contudo, desde então, registou-se um forte aumento, tendo em 2015 sido de 14,3%, e em 2016 de 41,9%. A depreciação mais acentuada do kwanza face ao dólar, desde os finais de 2014, foi um dos principais fatores para esta forte pressão sobre os preços internos. Em 2016, a desvalorização do kwanza face ao dólar, o agravamento da pauta aduaneira, as políticas

protecionistas e o aumento dos preços dos combustíveis provocaram um enorme agravamento da inflação dos 7,4% em 2014, para 14,3% observados em 2015, e para 41,9% em 2016 (Gráfico 1). Comparando com o período anterior, 2008-2012, verifica-se que, apesar de a inflação estar em 15,3% em 2010, mais 1% do que em 2015, os valores oscilavam pouco, o que não aconteceu entre 2014-2016, em que a oscilação foi muito grande (Gráfico 1).

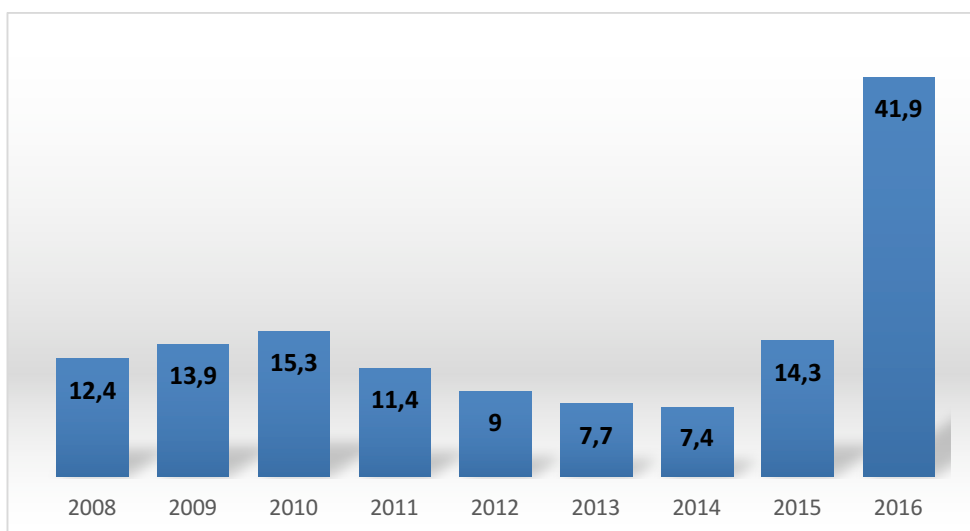


GRÁFICO 2 - Taxa de inflação em Angola entre 2008 e 2016.

Fonte: BNA Relatório e Contas 2008 - 2015, do Banco Fomento de Angola (BFA), 2016.

Através da Tabela I, podemos também observar que, apesar de em 2013 o preço do barril de petróleo estar à volta dos 107 USD, o valor do PIB deste ano, 6,8%, foi muito inferior ao ano de 2008, que teve um crescimento do PIB de 13,8%, sendo que nesse ano o preço do barril de petróleo foi mais baixo, 91 USD. Isto verifica-se porque, em 2008, a contribuição do setor petrolífero para o PIB foi de 12,3% e, em 2013, esta contribuição foi de 3,4 (Gráfico 2). Devido à crise financeira mundial de 2008, o ano de 2009 foi o período em que a crise se fez sentir com maior intensidade na economia

angolana, com uma taxa de crescimento do PIB de 2,4% (menos 11,4% que no ano anterior). Entre 2010 e 2013, assistiu-se a uma melhoria, tendo em conta que a taxa de crescimento do PIB subiu para 3,4%, 3,9%, 5,2% e 6,8% respetivamente.

Em 2015, verificou-se uma redução abrupta das exportações (34,2 mil milhões de USD), menos 20,2 mil milhões de USD do que no ano anterior. Desde essa data, a taxa de crescimento do PIB também tem baixado significativamente. A persistência de reduzidos preços do petróleo nos mercados internacionais afetou naturalmente o valor das exportações angolanas, desde finais de 2014 até à atualidade. Em 2014, com o preço do barril nos 96 USD, o valor das exportações foi de 54,6 mil milhões de USD, sendo que 52,2 mil milhões de USD (ou seja 94%) foram receitas provenientes do petróleo. Em 2015, com o preço do barril do petróleo angolano nos 50 USD, as exportações desceram para 34,2 mil milhões de USD, dos quais 31,2 mil milhões de USD (91%) dizem respeito ao petróleo. No ano de 2016, o valor das exportações desceu para 31 mil milhões de USD, sendo que apenas 19,2 mil milhões de USD correspondem a receitas petrolíferas, registando, assim, o valor mais baixo desde 2008. (Tabela I). Também podemos concluir, através da Tabela I, que, apesar das exportações, devido à crise financeira internacional, terem descido em 2009, para 34,1 mil milhões de USD (menos 24,3 mil milhões de USD do que 2008), de 2010 a 2013, verificou-se um aumento das exportações, representando o petróleo o maior peso das mesmas.

4.2 Resultados do questionário

Pretende-se com esta dissertação estudar a perceção dos empresários angolanos sobre as principais causas da crise económica no país. Para tal, enviou-se um questionário a um

elevado número de potenciais respondentes, com o pedido de estes os reenviarem para os seus contactos, tendo-se obtido 70 respostas válidas.

Ao analisarmos a primeira parte do questionário, verificamos que dos 70 empresários da amostra, 38 são do sexo masculino, o que representa uma taxa de 54%, e 32 do sexo feminino.

No que diz respeito à idade da amostra, os escalões mais significativos são os de “35 aos 45 anos” (30%), seguidos pelos de “menos 35 anos” (28,6%). De seguida, os empresários com “mais de 55 anos” (27,1% do total de respondentes), tendo por último o grupo de “45 aos 55 anos” (14,3%) (Gráfico 3).

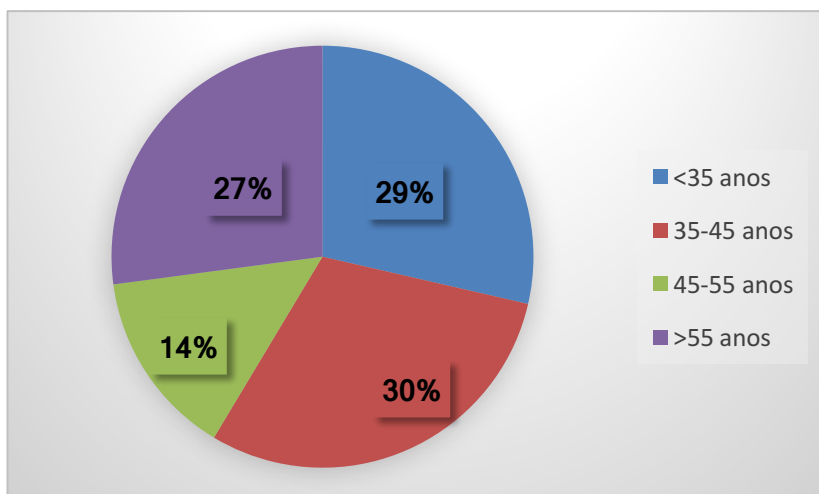


GRÁFICO 3 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária.

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à escolaridade da amostra, podemos observar, no Gráfico 4, que a maioria dos inquiridos tem curso universitário (54,3%), 30% afirma ter o ensino secundário e 15,7% indica ter o ensino primário. A explicação destes resultados deve-se ao facto de uma parte dos respondentes fazer parte da “Universidade Agostinho Neto” (Luanda), da “UJES” no (Huambo) e da “UMN” no (Lubango), onde o ISEG deu apoio científico e pedagógico.

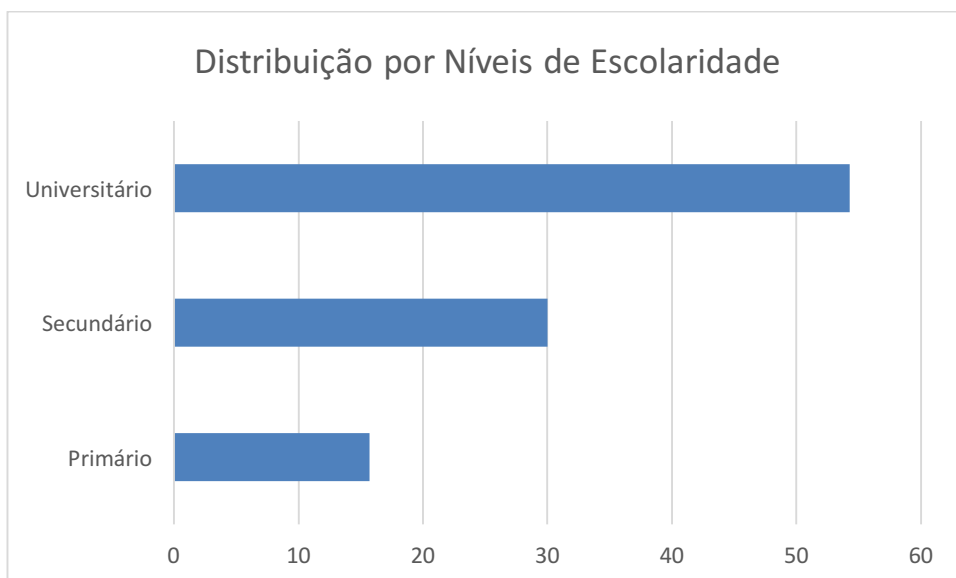


GRÁFICO 4 - Distribuição dos inquiridos por níveis de escolaridade.

Fonte: Elaboração Própria.

No que concerne ao tempo que exercem a atividade, 42,9% afirmam ter começado a atividade empresarial pós 2012, 37,1% indicam que foi desde 2002 e 20% desde 1992.

Relativamente ao setor de atividade principal, 21,4% dos inquiridos têm como atividade principal o “comércio por grosso e retalho” e outros setores, 12,9% indicam que trabalham nos “transportes”, 10% pertencem à “indústria transformadora”, 8,6% à “agricultura, pecuária, florestas e pesca”, 7,1% dizem respeito à “hotelaria e restauração”, 5,7% indicam pertencer à “construção civil” e “serviços de apoio às empresas e saúde” e, por último, 1,4% diz respeito a “indústrias extrativas” (Gráfico 5).

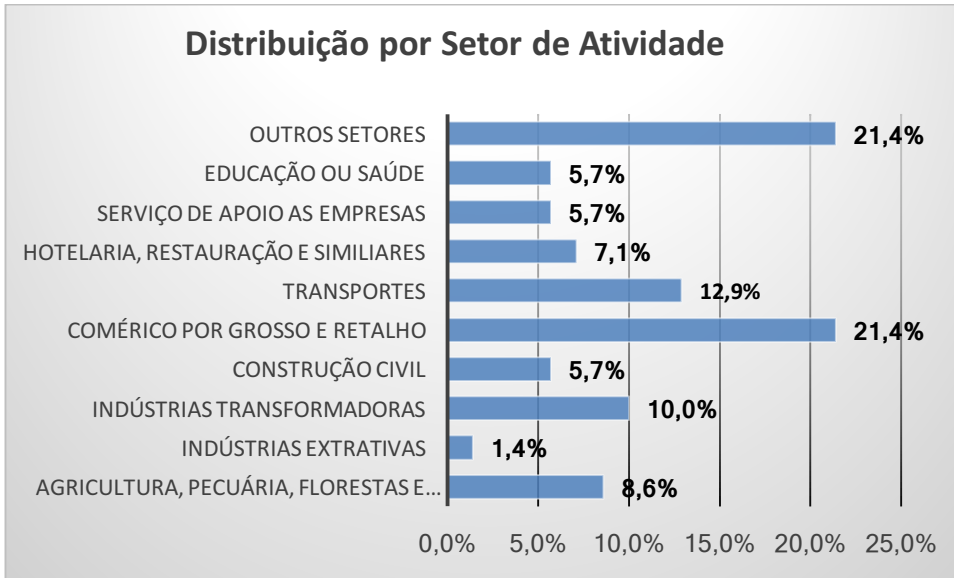


GRÁFICO 5 - Distribuição dos inquiridos por setor de atividade.

Fonte: Elaboração Própria.

A última questão da primeira parte do questionário diz respeito à província em que é exercida a atividade (Gráfico 6).

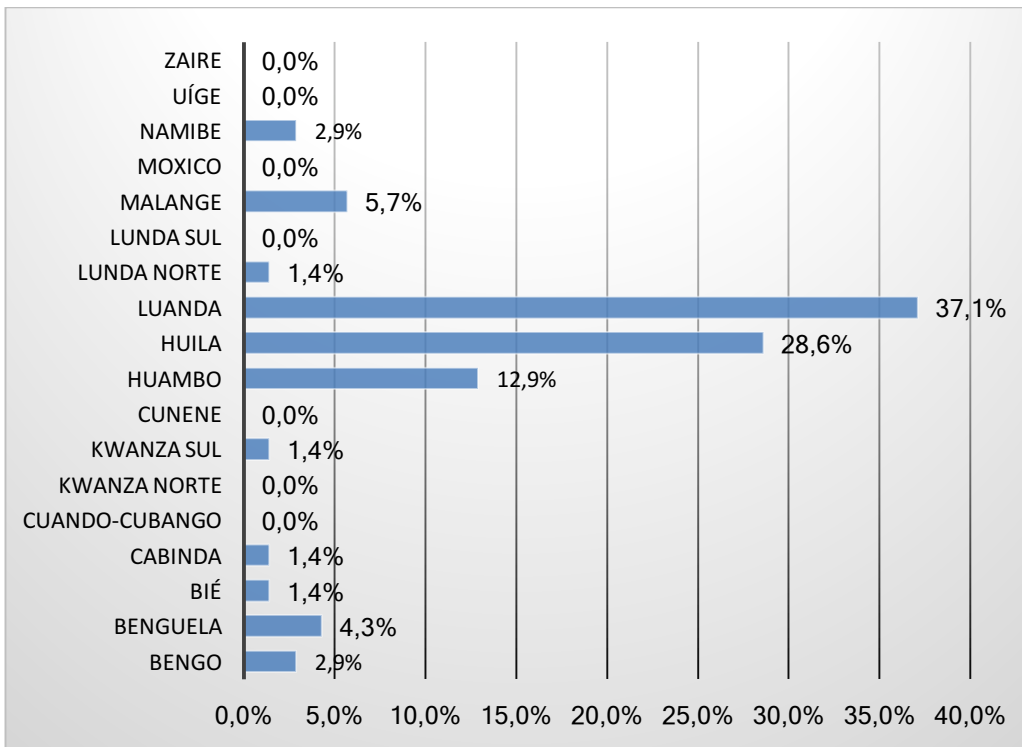


GRÁFICO 6 - Distribuição por província onde é exercida a atividade.

Fonte: Elaboração Própria

Da análise deste gráfico, verifica-se que, das 18 províncias do país, 7 (Cuando Cubango, Cunene, Lunda Sul, Kwanza Norte, Moico, Uíge e Zaire) não tiveram respostas. 37,1% dizem respeito à capital do país, Luanda, 28,6% pertencem a Huíla, 12,9% ao Huambo, 5,7 a Malange, 4,3% a Benguela, 2,9% exercem a atividade no Bengo e no Namibe e 1,4% no Bié, Cabinda, Kwanza Sul e Lunda Norte.

Relativamente à segunda parte do questionário, fatores explicativos da situação económica atual do país, classificados numa escala de 1 (pouco importante) a 7 (muito importante), verificou-se que os fatores: “pouca diversidade do setor produtivo”, “corrupção” e “crise cambial/disponibilidade de divisas” foram considerados pelos inquiridos como as 3 principais causas da situação económica atual do país, com uma classificação média de 6,57, 6,45 e 6,41, respetivamente. Em seguida, com uma média de 6,22, foi considerado o fator “desvalorização do kwanza”. O fator “falta de produção nacional” teve uma média de 6,18, a “crise petrolífera/queda do preço do petróleo” (6,07), “política económica em geral” (5,91), “economia dependente de recursos extrativos” (5,57), “política fiscal” (5,52), “excesso de importações” (5,28), “reduzida formação dos recursos humanos” (5,27), “política de incentivos públicos ao empresário”(5,25), “sistema bancário de apoio ao empresário” (5,22), a “falta de uma boa rede de fornecimento de água” (4,92), “falta de uma boa rede de produção” e “distribuição elétrica” (4,87), “ausência de infraestruturas rodoviárias capazes” (4,82). Relativamente aos fatores considerados pelos inquiridos como sendo de menor influência, foram: “mercado curto/reduzido poder de compra da população” (4,74), a “pouca autonomia dos governos provinciais” (4,52), “guerra civil angolana” (2,72) e a “herança da situação colonial” (2,21).

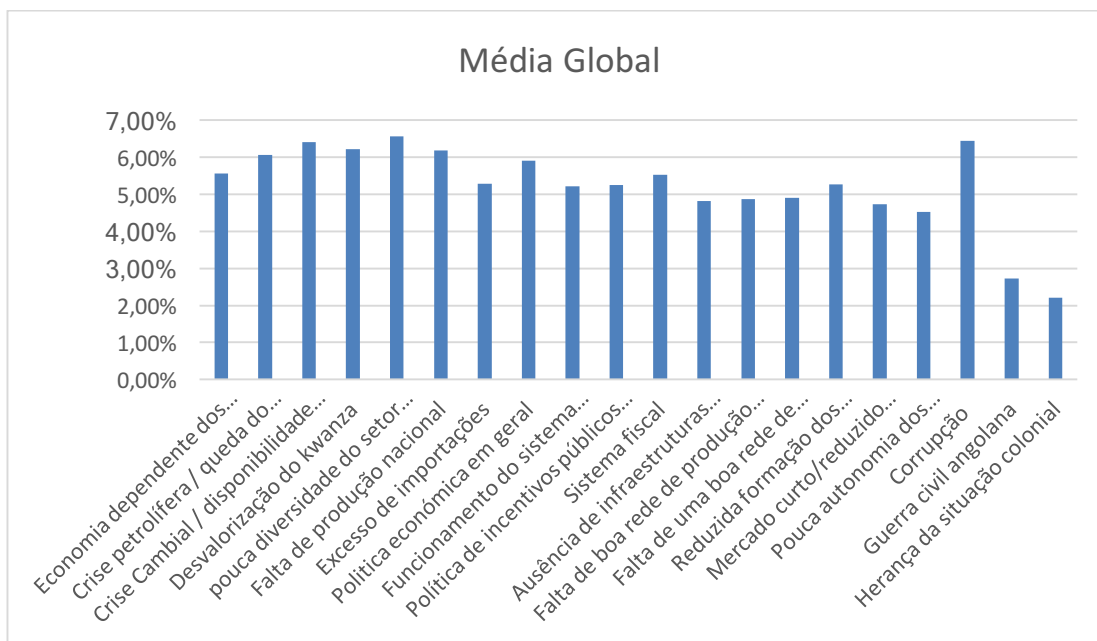


GRÁFICO 7 - Distribuição dos fatores segundo média global.

Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente à última questão do questionário, em que os inquiridos tiveram que classificar os mesmos fatores mas tendo em conta o seu setor de atividade, apurou-se, de acordo com o cálculo da média, que o fator que mais influenciou o setor económico dos inquiridos foi a crise cambial/disponibilidade de divisas com uma média de 6,32, seguindo-se os fatores: desvalorização do kwanza (6,21), corrupção (5,88), falta de produção nacional (5,61), pouca diversidade do setor produtivo (5,67), crise petrolífera/queda do preço do petróleo (5,64), política económica em geral (5,62%), funcionamento do sistema bancário ao apoio ao empresário (5,61), política de incentivos públicos ao empresário (5,48), reduzida formação dos recursos humanos (5,41) política fiscal (5,38), ausência de uma boa rede de produção e distribuição elétrica (5,37), a falta de uma boa rede de fornecimento de água (5,17), economia dependente de recursos extrativos (5,08), ausência de infraestruturas rodoviárias

capazes (4,81). Com menor influência foram considerados os fatores: mercado curto/reduzido do poder de compra da população (4,97), excesso de importações (4,74), guerra civil angolana (1,95) e herança da situação colonial (1,72).

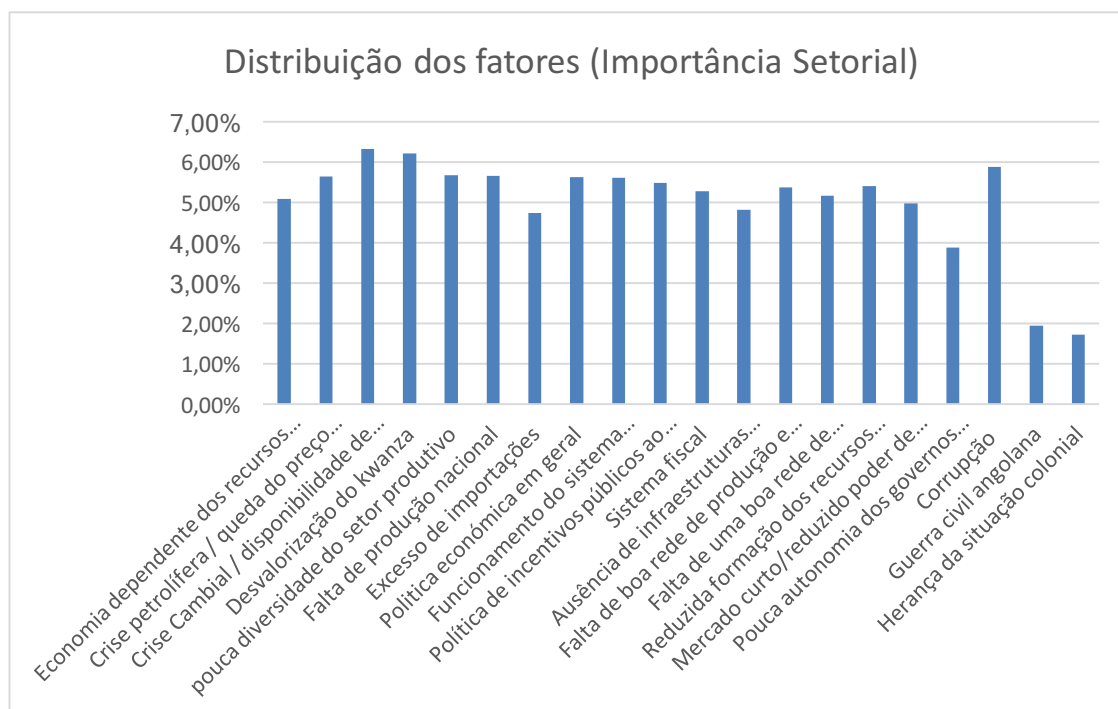


GRÁFICO 8- Distribuição dos fatores segundo importância setorial.

Fonte: Elaboração Própria.

Comparando os resultados das classificações dos inquiridos sobre fatores explicativos da situação económica atual do país e os fatores que influenciaram a situação atual económica no setor económico, podemos observar que os inquiridos classificaram os mesmos fatores como os mais importantes nas duas questões. Mas quando classificados tendo em conta o setor económico onde atuavam observamos que as classificações não foram tão unânimes, pois as médias foram mais altas quando comparadas com as da primeira questão. Assim sendo, podemos concluir que os principais fatores que mais afetam a situação económica atual do país, tanto a nível geral como no setor económico, são: a “crise cambial/disponibilidade de divisas”, “corrupção”, “desvalorização do

kwanza” e a “pouca diversidade do setor económico”. E, sem margem de dúvidas, os que menos influenciam são: “a guerra civil” e a “herança da situação colonial”.

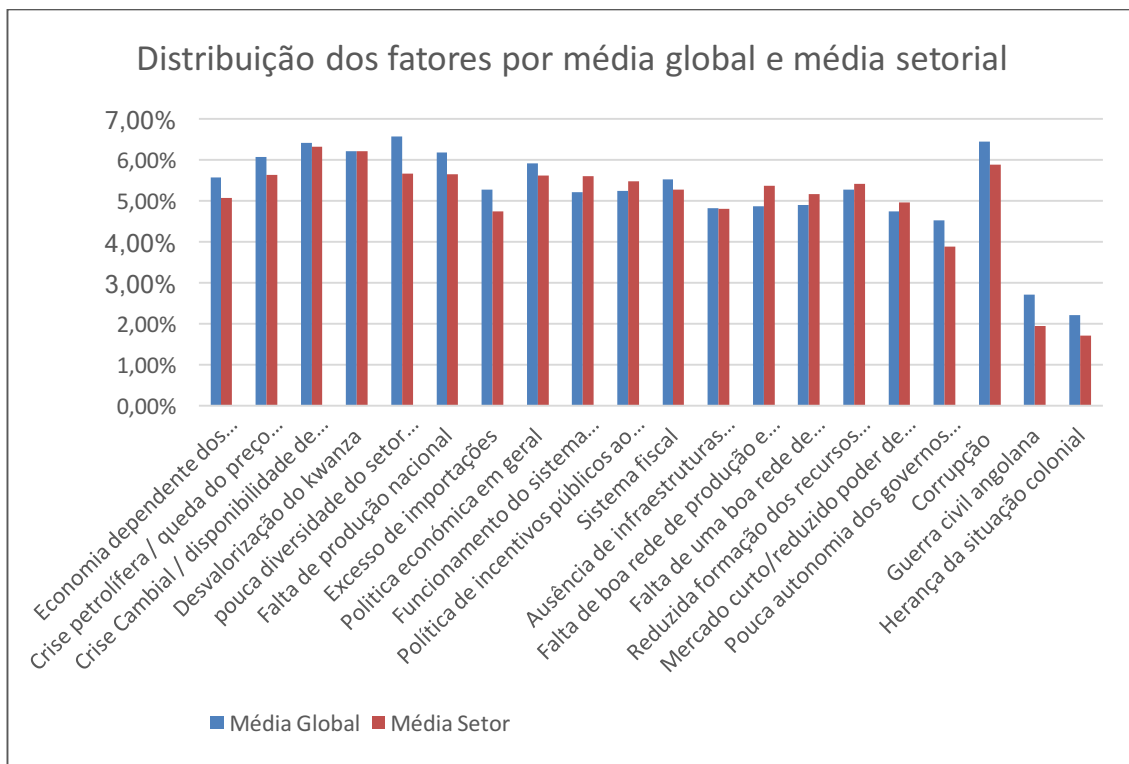


GRÁFICO 9 - Distribuição dos fatores segundo média global e importância setorial.

Fonte: Elaboração Própria

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS

Com a realização deste trabalho, podemos concluir que a situação atual que se vive em Angola abalou e colocou em causa as estruturas do Estado e a estabilidade económica e financeira das instituições públicas e privadas do país. Aponta-se a queda do preço de barril de petróleo como o causador do cenário da crise angolana, mas, de acordo com as respostas obtidas no questionário, a corrupção, a falta de produção nacional, a pouca diversidade do setor económico e crise cambial/disponibilidade de divisas foram considerados pelos empresários angolanos como sendo fatores mais importantes do que a queda do preço do barril. As consequências da descida do preço vieram evidenciar a fragilidade da economia angolana e a sua grande dependência deste recurso, pois, se no decorrer destes anos tivesse investido noutros setores, a situação que se vive hoje seria provavelmente melhor.

Ao longo do trabalho deparamo-nos também com algumas limitações. A primeira limitação, na revisão de literatura, diz respeito à dificuldade em encontrar dados oficiais e atuais sobre a economia do país. Outra limitação, e esta reputamos de essencial, está relacionada com a amostra trabalhada, pelo facto de não ser tão abrangente e de não conseguir envolver todas as províncias do país.

Ao longo da discussão e conclusão encontram-se algumas sugestões para investigações futuras, nomeadamente aumentar a amostra e tentar abranger todos empresários de todas as províncias e ainda a possibilidade de se realizarem entrevistas as entidades responsáveis que apoiam os empresários de maneira a averiguar as alternativas existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atlas.media.mit.edu. (2015). *OECD: The Observatory of Economic Complexity*. Acedido em 28 de agosto de 2017, em <http://atlas.media.mit.edu/pt>.
- Banco Nacional de Angola. *Relatório e Contas 2004, 2005, 2006, 2007, 2008*. Acedido em 28 de agosto de 2017, em <http://www.bna.ao/Conteudos/All/lista.aspx?idc=145&idsc=330&idl=1>.
- Banco Nacional de Angola (2014). *Inflação*. Acedido em 29 de agosto de 2017, em http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=951&idsc=13992&idl=1.
- Banco Nacional de Angola (2015). *Relatório e Contas*. Acedido em 28 de agosto de 2017, em <http://www.bna.ao/uploads/%7B1def6d57-e395-47b3-8c49-91f2101a26c3%7D.pdf>.
- Banco Nacional de Angola (2016). *Relatório de Inflação, III Trimestre*. Acedido em 29 de agosto de 2017, em <http://www.bna.ao/uploads/%7Ba376a6ee-bc4a-4fdf-8123-72c020700fb0%7D.pdf>.
- Billion, P. (2001). *Angola's political economy of war: The role of oil and diamonds, 1975–2000*. *African Affairs*, 100 (398), 55-80.
- Buambua, L. (1996). *Petróleo em Angola: Análise Económica e Perspectivas*. Tese de Mestrado. Instituto de Geociências- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

- Dalfovo, M. & Lana R. & Silveira A. (2008). *Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 2 (4), 1- 13.
- Departamento de Estudos Montepio (2016). *Angola*. Lisboa, Caixa Económica Montepio Geral, pp.1-22. Acedido em 28 de agosto de 2017 em <https://www.montepio.pt/iwov>.
- Duarte, J. (2006). *Entrevista em Profundidade*. In: J. Duarte and A. Barros, Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação, 2nd ed. São Paulo: Atlas, pp.62-83.
- Frynas, J. & Wood, G. (2001). *Oil & war in Angola*. Review of African Political Economy, 28(90), 587-606.
- Gonçalves, A. & Machado, M. (2012). *Petróleo, Gás e Meio Ambiente*. Santos: Editora Leopoldianum.
- Hamilton, J (2009). *Understanding Crude Oil Prices*. The Energy Journal, International Association for Energy Economics, 30(2), 179-206.
- Hartshorn, J. (1979). *Myth, Oil and Politics: An Introduction to the Political Economy of Petroleum*. International Affairs, 55(1), pp.105-106.
- IMF. (2016). *IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola*. Acedido em 4 de setembro de 2017, em <http://www.imf.org/en/news/articles/2017/01/24/pr1721-angola-imf-executive-board-concludes-2016-article-iv-consultation>.
- Index Mundi (2017). *Index Mundi Data Base*. Acedido em 25 de agosto de 2017, em <https://www.indexmundi.com/about.html>.
- Internacional Transparency (2016). *Corruption Perceptions Index*. Acedido em 6 de Outubro de 2017, em https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016

- Kilian, L. (2016). *The Impact of the Shale Oil Revolution on U.S. Oil and Gasoline Prices*. *Review of Environmental Economics and Policy*, 10 (2) 185-205.
- Krichene, N. (2002). *World crude oil and natural gas: a demand and supply model*. *Energy Economics*, 24(6), 557-576.
- Lavado, A. (2009). *Os Atuais Desafios da Energia. Implementação e Utilização das Energias Renováveis*. Tese de Mestrado em Ciências e Tecnologias do Ambiente. Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa.
- Leitão, A. N. (2015) *Mercado Económico em Angola Perspectiva de Evolução*. Lisboa: Embaixada da República de Angola em Portugal, Representação Comercial. Lisboa.
- Lopes Velho, J. (2006). *Os Recursos Minerais: uma visão geo-histórica*. Viseu: Palimage Editores.
- Malta, M. (1998). *Economia Política dos Preços Internacionais do Petróleo*. Niterói: Encontro de Economia Política de Niterói.
- Martelli, G. (1962). *The Future in Angola*. *African Affairs*, 61(245), pp.300-307.
- Mártil, I. (2016). *A História do Preço do Petróleo: Bem-Vindos à Montanha Russa*. *EconoNuestra*, 1-5.
- Maugeri, L. (2006). *The Age of Oil: the mythology, history and the future of the world's most controversial resource*. Westport: Praeger Publishers.
- Mendes, P. (2013). *A Crise Financeira Internacional e Angola: Uma Leitura*. Mestrado em Ciências Empresariais. Instituto Superior de Economia e Gestão- Universidade de Lisboa.
- McKinsey Oil Company (2014). *On Oil & Gas, Capturing value in global gas: Prepare now for an uncertain future*. Acedido a 3 de setembro de 2017, em

<https://www.mckinsey.com/industries/oil-and-gas/our-insights/capturing-value-in-global-gas>.

Miller, G. T. (2006). *Environmental Science*. United States of America: Thomson Learning, Inc.

Observatório Internacional SEBRAE. (2014). *Pequenas e Médias Empresas em Angola*. Acedido em 26 de agosto de 2017, em <http://ois.sebrae.com.br/noticias/angola-investimento-de-empresas-francesas-beneficia-mpes-em-angola/>.

Power, M. (2012). *Angola 2025: The Future of the “World's Richest Poor Country” as Seen through a Chinese Rear-View Mirror*. *Antipode*, 44(3), 993-1014.

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Acedido em 3 de Dezembro de 2017, em <http://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home.html>

Rocha, A. (2014). *As Perspetivas de Crescimento Económico de Angola até 2020*. *Centro de Estudo e Investigação Científica*, 2, 1-29.

Schiavi, M. (2015). *Cenário petrolífero: sua evolução, principais produtores e tecnologias*. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 13 (2), 259-278.

Simon, D. (2001). *Contested Power in Angola: 1840s to the present*. *African Affairs*, 100(398), pp.156-157.

The Observatory of Economic Complexity (2017). *The Observatory of Economic Complexity*. Acedido em 28 de agosto de 2017, em <https://atlas.media.mit.edu/en/>.

Vale, S. (2017). *O investimento privado em Angola de 1975 aos nossos dias*. *Revista de Direito*, 4-37.

Vines, A. (2016). Continuity and change in Angola: insights from modern history. *International Affairs*, 92(5), pp.1229-1237.

World Bank Group (2017). *Angola: Aspectos Gerais*. Acedido em 25 de agosto de 2017, em <http://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>.

Yergin, D. (1992). *The Prize: the epic quest for oil, money and power*. New York: Touchstone.

Zhao, S. (2011). *The China Angola Partnership a Case Study of China's Oil Relations in Africa*. China Briefing, 1-6.

ANEXOS

ANEXO I- QUESTIONÁRIO



INQUÉRITO PARA PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Exmo. Sr. ou Sr.ª:

No âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, vimos por este meio solicitar a colaboração de Vossa Excelência para o preenchimento do questionário em anexo, totalmente anónimo. Pretende-se analisar a opinião dos empresários Angolanos relativamente às causas globais da crise económica e em especial no seu sector de actividade. Estimamos que o preenchimento deste questionário demore entre 5 a 10 minutos. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração, que é fundamental para o sucesso deste trabalho académico. Pedimos que depois de preenchido o questionário fosse enviado para o email: liloo_nunes@hotmail.com.

Parte I – Caracterização do Respondente (Marque a sua opção de resposta com X)

1) Indique o intervalo em que se insere a sua idade:

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| a) < 35 anos | <input type="checkbox"/> |
| b) Entre 35 e 44 anos | <input type="checkbox"/> |
| c) Entre 45 e 55 anos | <input type="checkbox"/> |
| d) > 55 anos | <input type="checkbox"/> |

2) Sexo

- | | |
|--------------|--------------------------|
| a) Feminino | <input type="checkbox"/> |
| b) Masculino | <input type="checkbox"/> |

3) Nível de escolaridade:

- | | |
|------------------|--------------------------|
| a) Primário | <input type="checkbox"/> |
| b) Secundário | <input type="checkbox"/> |
| c) Universitário | <input type="checkbox"/> |

4) Exerce a actividade de empresário desde:

- | | |
|---------|--------------------------|
| a) 1992 | <input type="checkbox"/> |
| b) 2002 | <input type="checkbox"/> |
| c) 2012 | <input type="checkbox"/> |

Parte II – Factores explicativos da SITUAÇÃO ECONÓMICA ACTUAL DO PAÍS

- a) Na sua opinião que importância tiveram **NEGATIVAMENTE** os seguintes factores para a situação económica actual em Angola (indique, com um X, uma qualificação para cada factor entre 1 e 7, onde: 1 = Sem qualquer importância e 7 = Muito importante).

	Factores	1	2	3	4	5	6	7
1.	Economia dependente dos recursos extractivos							
2.	Crise petrolífera / queda do preço do petróleo							
3.	Crise cambial/disponibilidade de divisas							
4.	Desvalorização do kwanza							
5.	Pouca diversidade do sector produtivo							
6.	Falta de produção nacional							
7.	Excesso de importações							
8.	Política económica em geral							
9.	Funcionamento do sistema bancário no apoio ao empresário							
10.	Política de incentivos públicos ao empresário							
11.	Sistema fiscal							
12.	Ausência de infraestruturas rodoviárias capazes							
13.	Falta de uma boa rede de produção e distribuição eléctrica							
14.	Falta de uma boa rede de fornecimento de água							
15.	Reduzida formação dos recursos humanos							
16.	Mercado curto/reduzido poder de compra da população							
17.	Pouca autonomia dos governos provinciais							
18.	Corrupção							
19.	Guerra civil angolana							
20.	Herança da situação colonial							

Parte III – Factores explicativos NO SEU SECTOR DE ACTIVIDADE

- a) Na sua opinião que importância tiveram **NEGATIVAMENTE** os seguintes factores da **situação económica actual no seu sector de actividade** (indique, com um X, uma qualificação para cada factor entre 1 e 7, onde: 1 = Sem qualquer importância e 7 = Muito importante).

	Factores	1	2	3	4	5	6	7
1.	Economia dependente dos recursos extractivos							
2.	Crise petrolífera / queda do preço do petróleo							
3.	Crise cambial/disponibilidade de divisas							
4.	Desvalorização do kwanza							
5.	Pouca diversidade do sector produtivo							
6.	Falta de produção nacional							
7.	Excesso de importações							
8.	Política económica em geral							
9.	Funcionamento do sistema bancário no apoio ao empresário							
10.	Política de incentivos públicos ao empresário							
11.	Sistema fiscal							
12.	Ausência de infraestruturas rodoviárias capazes							
13.	Falta de uma boa rede de produção e distribuição eléctrica							
14.	Falta de uma boa rede de fornecimento de água							
15.	Reduzida formação dos recursos humanos							
16.	Mercado curto/reduzido poder de compra da população							
17.	Pouca autonomia dos governos provinciais							
18.	Corrupção							
19.	Guerra civil angolana							
20.	Herança da situação colonial							

Muito obrigado!